



Recebido em:
03/08/2017
Aprovado em:
06/08/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

CULTURA UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO DOCENTE: SITUANDO AS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

LUCIANO RODRIGUES DOS SANTOS

EIXO: 10. EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO

Resumo:

O artigo teve como objetivo geral analisar as experiências de professores/as e alunos/as concluintes do curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal de Sergipe, quanto à importância das discussões sobre as temáticas de gênero e sexualidade na e para a formação docente. A pesquisa permitiu a abordagem histórico-crítica e a metodologia recaiu sobre o Estudo de Caso, utilizando-se de diferentes fontes bibliográficas e documentais, além de entrevistas semiestruturadas com professores e alunos/as concluintes do curso de Licenciatura. Os resultados ressaltam que apesar dos professores de Licenciatura discutirem transversalmente as temáticas de gênero e sexualidade em algumas aulas no curso, não são suficientes para que os/as acadêmicos/as possam lidar com segurança e profundidade tais questões em sala de aula na educação básica, pois são conhecimentos que alteram identidades e comportamentos humanos, além de culturas.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Formação Docente.

Astract:

The objective of this article was to analyze the experiences of teachers and students of the undergraduate degree in Physical Education, Federal University of Sergipe, regarding the importance of the discussions on gender and sexuality issues in and for teacher education. The research allowed the historical-critical approach and the methodology fell on the Case Study, using different bibliographical and documentary sources, as well as semi-structured interviews with professors and students graduating from the Degree course. The results point out that although undergraduate teachers discuss gender and sexuality issues in some of the classes in the course, they are not enough for academics to deal safely and deeply with such issues in the classroom in basic education, because they are knowledge that alter human identities and behaviors, as well as cultures.

Keywords: Gender. Sexuality. Teacher Training.

A educação, imersa nas contradições e conflitos que perpassam o cenário político e cultural da sociedade contemporânea, necessita ser pensada e discutida a partir de olhares que visem a problematizar os espaços de construção dos discursos educacionais que vêm se tornando legítimos e ocupando relevância na sociedade. Pensar a educação a partir das relações de gênero e sexualidade humana, no contexto de uma sociedade globalizada, é atentar para os inúmeros espaços de produção do saber que passam a envolvê-las, adquirindo importância e ocupando um lugar legítimo de enunciação. O mundo, como aldeia global, é envolto pela produção e circulação de bens culturais os quais caracterizam a sociedade de informação e consumo, tornando-se praticamente impossível

conceber uma educação imune a tais influências.

E a preparação de jovens na transição para a idade adulta, tendo em seu centro as relações de gênero e a sexualidade humana, sempre foi um dos grandes desafios da humanidade. Em muitas sociedades, atitudes e leis reprimem a discussão pública da sexualidade e de comportamento sexual no que se refere à contracepção, ao aborto, e à diversidade sexual, por exemplo. Ademais, na maioria das vezes, o acesso masculino ao poder continua a não ser questionado, enquanto meninas, mulheres e minorias sexuais são excluídas dele.

Contudo, o discurso vigente é de que os/as professores/as, em sua maioria, são os/as principais responsáveis pelo baixo desempenho da educação e pelas questões de gênero e sexualidade na escola. Sua formação vem sendo considerada inadequada e suas práticas acusadas de estarem defasadas para atender ao novo perfil de cidadão produtivo face à instabilidade social cada dia mais frequente. Os profissionais da educação são sujeitos inseridos em um contexto social que vem sofrendo grandes mudanças nas últimas décadas, através das quais as “verdades”, por tanto tempo defendidas, estão sendo severamente questionadas e postas a todo tipo de prova. As identidades de cada profissional, relacionadas ao seu sexo, gênero, etnia, condição social, formação, cultura e vivência acumulada interferem na sua forma de se ver e de ver o outro no mundo social. Neste sentido, o trabalho docente do/a professor/a, constitui uma importante instância de mediação para a formação de identidades. Fundamentam-se tais reflexões com base em autores/as que discutem a formação da identidade docente em interface com as novas demandas educacionais, como por exemplo,

[...] em seu trabalho, um professor se serve de sua cultura pessoal, que provém de sua história de vida e de sua cultura escolar anterior; ele também se apóia em certos conhecimentos disciplinares adquiridos na universidade, assim como em certos conhecimentos didáticos e pedagógicos oriundos de sua formação profissional; ele se apóia também naquilo que podemos chamar de conhecimentos curriculares veiculados pelos programas, guias e manuais escolares; ele se baseia em seu próprio saber ligado à experiência de trabalho, na experiência de certos professores e em tradições peculiares ao ofício de professor (TARDIF, 2000, p. 13).

Conforme Cruz (2005, p. 28), a construção da identidade de homens e mulheres docentes traz à tona a abordagem de gênero que “[...] é uma maneira contemporânea de organizar normas culturais passadas e futuras, um modo de a pessoa situar-se em e através destas normas, um estilo ativo de viver o corpo no mundo”. Entende-se por gênero o conjunto de normas, valores, conceitos e práticas através das quais as diferenças biológicas entre homens e mulheres são culturais e simbolicamente significadas. O conceito de gênero contribui para desconstruir representações naturalizadas, para questionar a construção das desigualdades entre sexos e a sexualidade, entendendo que as mulheres e os homens já são tratados de forma diferente a partir de seu nascimento, em função do sexo biológico e do meio cultural e social em que são gerados. A categoria de gênero surgiu como forma de distinguir as diferenças biológicas socioculturais construídas.

De acordo com Scott (1989, p. 07), o conceito de gênero,

[...] é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. [...] O uso do ‘gênero’ coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade.

A sexualidade é uma das dimensões do ser humano que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, afetivo e reprodução. É experimentada ou expressada em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos. Além do consenso de que os componentes socioculturais são críticos para a conceituação da sexualidade humana, existe uma clara tendência, em abordagens teóricas, de que a sexualidade se refere não somente às capacidades reprodutivas do ser humano como também ao prazer. Assim, é a própria vida. Envolve, além do corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura.

Segundo Heilborn et al. (2003, p. 02), a sexualidade é “[...] uma das primeiras formas de classificação no mundo social diz respeito ao sexo das pessoas. A palavra sexo, contudo, pode ter vários sentidos superpostos: ela pode designar o formato físico dos corpos – macho ou fêmea da espécie –, mas também a atividade sexual”.

Silva (2007), procurando esclarecer melhor essas temáticas, vai expor que gênero não é “sinônimo” de sexualidade, mas as construções relativas às práticas sexuais estão inscritas nas relações de gênero que revelam símbolos que socialmente vão “conferindo forma” às diferenças que ilustram o feminino e o masculino em culturas diversas. Por sua vez, essas diferenças vão demarcar lugares, influenciar atitudes e práticas determinadas no exercício do prazer sexual definido como feminino e masculino, a partir de corpos que “funcionam” de forma diferente na sua interface com o campo biológico. Nesse contexto, surgem termos como passivo e ativo, romântico e “sexualizado”, demarcando-se territórios muito rígidos e identidades muito fechadas para homens e mulheres. A estas demarcações se opõem algumas correntes de estudos, contrárias aos enfoques binários (homem/mulher; homossexual/heterossexual), pois sustentam que as representações que constroem significados para o masculino e feminino, transitam, permanentemente, entre um e outro sujeito de sexos diferentes.

De fato, independentemente da intenção ou não da universidade, o processo de formação ocorre demarcado por conhecimentos, processos de socialização, formas de viver e pensar sobre a sexualidade e gênero, já que é o lugar, por excelência, dos jovens interagirem, além de ser um importante espaço mediador, integrante e integrador da sociedade. A este respeito, Louro (1997; 1998), observa que é indispensável admitir que a escola (e a universidade), como qualquer outra instância social, é, quer se queira ou não, um espaço sexualizado e generificado. Na instituição de ensino (superior) estão presentes as concepções de gênero e sexualidade que, histórica e socialmente, constituem uma determinada sociedade. Essa instituição, por outro lado, é uma ativa constituidora de identidades de gênero e sexuais.

Neste sentido, discutir sobre as questões da sexualidade humana e de gênero na sociedade e na universidade em particular, significa promover uma educação democrática e inclusiva, sem preconceitos nem discriminações, principalmente em relação às mulheres e aos homossexuais.

Daí justifica-se a realização de estudos dessa natureza tendo em vista as exigências do contexto atual, caracterizado como de instabilidade social intensa, no qual as reformas educacionais têm sido o fator mais importante, na medida em que solicita uma verdadeira reestruturação no trabalho docente e, por conseguinte, afeta as identidades dos/as formandos/as e a dos/as profissionais da educação.

Dessa maneira, é válido salientar que esta pesquisa, resultante da tese de doutorado, não teve a pretensão de aprofundar as discussões em relação às categorias de gênero e sexualidade, mas sim confrontar por meio da cultura universitária, quais são os conhecimentos que possuem os/as professores/as e os/as alunos/as dos Cursos de Licenciatura a respeito dessas categorias a partir de um arcabouço teórico-metodológico e epistemológico já existente nessas áreas, no intuito de compreender e expor como os cursos de licenciatura das universidades estão absorvendo e assimilando estas discussões dentro de suas formações pedagógicas – profissionais – científicas.

Sendo assim, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar as experiências de professores/as e alunos/as concluintes do curso de Licenciatura em Educação Física, vinculado ao Departamento de Educação Física (DEF), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), quanto à abordagem das diferenças e à importância das discussões sobre as temáticas de gênero e sexualidade na e para a formação docente. Na operacionalização da pesquisa, permitiu a abordagem histórico-crítica e a metodologia recaiu sobre o Estudo de Caso e do enfoque qualitativo, utilizando-se de diferentes fontes bibliográficas e documentais, além de realização de entrevistas semiestruturadas com quatro professores (homens) e quatro alunos/as concluintes do curso de Licenciatura do DEF/UFS.

Com a revisão bibliográfica realizada, constatou-se que existem várias discussões epistemológicas sobre a concepção de cultura e que, a partir delas, também surgiram outras discussões que são pertinentes e necessárias ao seu entendimento, como: os processos de representação, identidade, regulação, produção e consumo, que podem ser também atrelados às questões de gênero, sexualidade humana, cultura universitária e formação docente, pois vários/as pesquisadores/as consideram a cultura e seus processos constitutivos como categorias de análise relevantes para o novo milênio, compreendendo que elas não se esgotam em si, como no passado.

Nesse sentido, são válidos alguns destaques a este respeito, como para Geertz (1989), a cultura é a própria condição de vida de todos os seres humanos. É produto das ações humanas, mas é também processo contínuo pelo qual as pessoas dão sentido às suas ações. Constitui-se em processo singular e privado, mas é também plural e público. É universal, porque todos os humanos a produzem, mas é também local, uma vez que é a dinâmica específica de vida que significa o que o ser humano faz. A cultura ocorre na mediação dos indivíduos entre si, manipulando padrões de significados que fazem sentido num contexto específico. Existem vários indícios de uma “revolução cultural” na qual os domínios do que se costumava designar como “cultura” expandiu-se e diversificou-se de uma forma jamais imaginada.

De acordo com Hall (1997a), a cultura no seu sentido epistemológico repousa nas mudanças de paradigmas que a “virada cultural” provocou no interior das disciplinas tradicionais, no peso explicativo que o conceito de cultura carrega, e no seu papel constitutivo ao invés de dependente, na análise social. Um aspecto disso é a expansão da “cultura” a um espectro mais amplo, mais abrangente de instituições e práticas. Por isso, fala-se em “cultura” do trabalho, “cultura” da masculinidade, “cultura” da desregulamentação, até mesmo de uma “cultura” do em forma, e ainda mais desconcertante de uma “cultura” da magreza.

Isto sugere que cada instituição ou atividade social gera e requer seu próprio universo distinto de significados e práticas, determinando sua própria cultura. Assim sendo, cada vez mais, o termo cultura está sendo aplicado às práticas e instituições, que manifestamente não são parte da “esfera cultural”, no sentido tradicional da palavra. De acordo com esse enfoque, todas as práticas sociais, na medida em que sejam relevantes para o significado ou requeiram significado para funcionarem, têm uma dimensão “cultural”.

O que aqui se argumenta, de fato, não é que “tudo é cultura”, mas que toda prática social depende e tem relação com o significado: conseqüentemente, que a cultura é uma das condições constitutivas de existência dessa prática, que toda prática social tem uma dimensão cultural. Não que não haja nada além do discurso, mas que toda prática social tem o seu caráter discursivo.

Para Hall (1997a), certamente, há práticas políticas que se referem ao controle e ao exercício do poder, da mesma forma que existem práticas econômicas, que se referem à produção e distribuição dos bens e da riqueza, e cada uma está sujeita às condições que organizam e regem a vida política e econômica das sociedades. Agora, o poder político tem efeitos materiais muito reais e palpáveis, contudo, seu verdadeiro funcionamento depende como as pessoas definem politicamente as situações.

Por exemplo, até recentemente, as relações familiares, de gênero e sexuais eram definidas como fora do domínio do poder: isto é, como esferas da vida nas quais a palavra “política” não tinha qualquer relevância ou significado. Teria sido impossível conceber uma “política sexual” sem que houvesse alguma mudança na definição do que consiste o âmbito “político”. Da mesma maneira, desde que o feminismo redefiniu “o político”, como por exemplo, o pessoal é político, é que passou a reconhecer que há uma “política da família”, e isto é uma questão de significado, no qual o político tem a sua dimensão cultural.

Atualmente, para os/as autores/as analisados/as, o entendimento de cultura extrapola o antigo discurso de que as práticas sociais são estáveis, fixas, dentro das sociedades, pois ela representa categoria de análise que se apresenta completamente indefinida, incompleta, principalmente quando se observa que cada local/ambiente de convivência entre os seres humanos, os sujeitos que ali estão inseridos, possui características identitárias peculiares e comuns a eles, que os diferenciam dos demais sujeitos que estão em seu entorno.

Como por exemplo, os sujeitos pertencentes a um Estado podem se apresentar com diversas e/ou múltiplas culturas e identidades que os diferem dos demais Estados de um País/Nação, e, dentro de um Estado, os sujeitos podem ter diversas e/ou múltiplas culturas e identidades que os diferem entre as regiões e municípios de sua jurisdição, e assim por diante.

Nesse aspecto, Hall (2006) afirma que a globalização desloca os conceitos de tempo e de espaço, que são fundamentais para as identidades, criando geografias imaginárias e permitindo amplos fluxos culturais entre as nações. Ao mesmo tempo, há um renovado interesse pelo local, na qualidade de nova articulação com o global. A mistura étnica que a globalização permite e provoca gera uma pluralização cultural cujos efeitos podem ser: a contestação da identidade estabelecida tradicionalmente; o alargamento do campo das identidades, muitas vezes com o recuo de algumas identidades que se tornam mais defensivas (ver a Europa contemporânea, em especial França e Áustria); e a produção de novas identidades.

Para Hohlfeldt (2000), a globalização, assim, contesta e desloca as identidades fechadas e centradas em si mesmas, sobretudo a partir do que ele denomina identidades em transição. Haveria, assim, a se identificarem as identidades de tradição, e as identidades de tradução, desenvolvidas por aqueles que se dispersam da terra natal e têm a nítida consciência de que não há mais como regressar a ela. Embora detendo fortes vínculos com a terra pátria, não têm qualquer ilusão de retorno ao passado. Negociam, assim, com as culturas em que são recebidos, constituindo as chamadas culturas híbridas.

A resistência a esse movimento ou tendência é o revival que se pode traduzir na valorização da etnia ou na religião (o fundamentalismo islâmico, por exemplo), mas que significa o isolamento. Ainda para Hall (2006), a mudança estrutural está transformando as sociedades modernas desde o final do século XX, e está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Essas transformações estão também mudando as identidades pessoais, abalando a ideia que se tem de nós próprios como sujeitos integrados. A perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento ou descentração dos indivíduos, tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos, constituiu-se numa “crise de identidade” para o indivíduo.

De acordo com Dornelles (2010), a cultura é construída por estruturas de significado socialmente estabelecidas, que se produzem e reproduzem através de sistemas simbólicos que são sistemas de representação, dentre os quais está à publicidade. Ela se apropria de elementos culturais fazendo com que o público se identifique com o objeto publicitário, assim, pode-se concebê-la como um sistema simbólico onde se veem representadas determinadas identidades, o público alvo.

Com isso, o termo cultura empregado nesta pesquisa entende que a sociedade está em constante mudança e/ou transformação, gerada principalmente pelos processos de regulação e consumo, no qual os sujeitos, a partir do processo de representação, promovem tensão/conflito mediante seus referenciais identitários, o que, por outro lado, torna-se também benéfico, pois impulsiona e aguça a humanidade na produção de outras identidades e valores sociais e morais.

Aproveitando as reflexões destacadas, principalmente as de Geertz (1989), Hall (1997a, 1997b, 2006), Hohlfeldt (2000), Dornelles (2010), entre outras, a respeito da concepção de Cultura e seus processos de identidade, representação, produção, regulação e consumo, pode-se afirmar que toda e qualquer instituição de ensino possui em seu bojo, uma “cultura escolar” ou uma “cultura científica” ou uma “cultura acadêmica” ou uma cultura universitária, devido às suas particularidades.

A expressão cultura universitária elaborada e adotada nesta pesquisa pelo pesquisador, exigiu atenção especial e diferenciada das outras categorias analisadas, devido às suas particularidades, pois, além de ter o objetivo de formar pedagógica e socialmente seus/uas estudantes, possui outra finalidade e considerada a mais importante, que é de iniciá-los/as numa formação profissional – científica para atuarem na sociedade.

Neste aspecto, a cultura universitária é concebida como um conjunto de símbolos e significados com conhecimentos institucionalizados (objetivos) e subjetivos que possuem normas, conceitos e valores sociais e culturais visíveis e ocultos, com isso se (re)produzem socialmente identidades e diferenças, principalmente na relação entre professores/as e alunos/as, mediante seus discursos, práticas, condutas e interações sociais e culturais, as quais são absorvidas individual e coletivamente pelos indivíduos universitários no decorrer da formação profissional – científica e, conseqüentemente, pelo Estado e sociedade civil organizada, caracterizando-se, dessa forma, num circuito da cultura universitária.

E para o entendimento de cultura universitária, pôde-se constatar que a ideia de “circuito da cultura”, desenvolvido por Du Gay et al. (1997), tornou-se bastante interessante e fundamental para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, porém, com algumas alterações, é claro, pois a questão central da pesquisa deles (as) foi analisar como os artefatos culturais produzidos e difundidos interagem com os indivíduos numa dada sociedade.

A partir da “dinâmica” de circuito, a cultura universitária vai requerer e estabelecer como processos necessários e imprescindíveis para sua constituição como tal, dos processos de “representação, identidade, produção social, consumo e regulação” para melhor compreender em sua totalidade, as práticas sociais que estão sendo desenvolvidas no âmbito da instituição de ensino superior.

Então, para que a formação pedagógica – profissional – científica dos sujeitos (professores/as, estudantes e demais funcionários/as) pertencentes à cultura universitária ocorra satisfatoriamente, faz-se mister analisar constantemente os processos de representação, produção social, identidade, consumo e regulação, como um conjunto dinâmico, circular e estreito entre eles, evitando observá-los de maneira isolada e acabar perdendo a perspectiva de totalidade na formação dos indivíduos.

A ideia de “circuito” empregado na cultura universitária serve para que se reflita sobre os processos pedagógicos – profissionais – científicos que estão sendo desenvolvidos dentro da instituição de ensino superior, principalmente, quando se colocam em questão a cultura e seus processos como pautas de discussão para o novo milênio.

A partir da cultura universitária e seus processos aqui constitutivos, pôde-se constatar após análises e os resultados dos depoimentos dos professores e alunos/as concluintes matriculados/as no Curso de Licenciatura do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe, que o processo de **representação** do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFS existe conflito e contradição entre o anúncio (texto) que está no papel e o que realmente está ocorrendo no curso de Licenciatura, corroborando de acordo com Hall (1997b) no que concerne em ser uma representação “intencional” e “não aloja a presença do real”, respectivamente, gerando assim, transtornos principalmente para os/as alunos/as quanto a sua representação social, porque se o processo de representação é que produz socialmente identidades e diferenças, dessa maneira questiona-se que identidades e diferenças estão sendo forjadas em relação ao respeito às diferenças e às questões de gênero e sexualidade na e para formação docente no curso

O processo de **regulação** (currículo) como elemento constitutivo da cultura universitária, especialmente, a “grade curricular”, no contexto educacional do ensino superior, é a principal responsável pela mediação e aliada do/a professor/a na produção social de identidades e diferenças, de conhecimento profissional e no consumo pela sociedade. Sendo assim, que identidades e diferenças estão sendo forjadas em relação ao respeito às diferenças e às questões de gênero e sexualidade na e para a formação docente que possui um processo de representação conflituoso e contraditório

Nesse aspecto, nota-se, nos depoimentos dos professores, que as temáticas de gênero e sexualidade podem ou não estar sendo discutidas transversalmente no curso de Licenciatura em Educação Física da UFS, além disso, desconhecem a inserção da temática sexualidade na ementa da Disciplina Filosofia, Educação e Corpo, o que provoca estranheza e preocupação, pois esse desconhecimento remete aos conflitos e tensões existentes entre os/as professores/as do curso, como foi constatado no processo de representação, que deve ter afetado diretamente a elaboração de seu Projeto Pedagógico e, conseqüentemente, a grade curricular, demonstrando que não houve uma discussão entre os/as docentes acerca dessa temática no curso, e que, provavelmente, foi inserida na ementa da disciplina sem nenhuma discussão, tendo em vista o desconhecimento total dos professores entrevistados. É como se a temática sexualidade tivesse surgido na ementa da disciplina, num “passe de mágica” ou cada professor escolhe a sua disciplina e ementa, e depois insere na grade curricular sem uma discussão prévia, demonstrando claramente, negligência e falta de coesão entre o corpo docente do curso quanto à formação pedagógica – profissional – científica.

No entanto, entre os/as alunos/as concluintes entrevistados/as, seus depoimentos apresentam a existência de discussões em algumas disciplinas no curso, mas sem aprofundamento teórico a respeito das temáticas de gênero e sexualidade, sendo consideradas discussões superficiais e que não foram suficientes para sua formação pedagógica – profissional – científica.

Dessa maneira, questiona-se que identidades e diferenças estão sendo forjadas em relação ao respeito às diferenças

e às questões de gênero e sexualidade na e para a formação docente mediante essa situação. Com isso, procurou-se compreender o processo de **produção social** da cultura universitária, em interação com os processos de representação e regulação do curso, sem perder de vista o objetivo da pesquisa.

O processo de produção social, como se pode constatar, interage diretamente com os processos de representação e de regulação, por meio da socialização (educação), porém, é válido destacar aqui, que o processo de regulação (“grade curricular”) é o seu principal aliado e mediador de poder na produção social de identidades e diferenças, como também, na produção de conhecimento profissional, pois essas duas produções ocorrem simultaneamente dentro da cultura universitária. Nesse sentido, o/a “professor/a” do curso de Licenciatura em Educação Física torna-se o/a principal responsável por essa produção social e profissional no ensino superior, pois é o próprio processo de representação materializado e “vivo” perante o curso, que propaga seu discurso, imbuído de simbologias, significados e de poder (invisível ou oculto), e, conseqüentemente, produz a identidade e diferença que acredita ser a melhor absorvida (consumida) pelo/a aluno/a e pela sociedade, durante sua formação pedagógica – profissional – científica.

Nesse aspecto, no processo de produção social, de acordo com os depoimentos dos professores e dos/as alunos/as concluintes entrevistados/as, constata-se a ausência do debate sobre as temáticas de gênero e sexualidade em todas as edições de realização da Semana de Educação Física, que já se encontra em sua 10ª edição, organizadas pelos/as docentes do DEF/UFS, o que corrobora também com uma das facetas do currículo “invisível ou oculto”, presente no processo de regulação. E prosseguindo no processo de produção social da cultura universitária, buscou-se também conhecer por meio da produção acadêmica (monográfica), quais são os enfoques mais relevantes e defendidos pelos/as egressos/as do curso de Licenciatura Plena e de Licenciatura em Educação Física da UFS, tendo em vista ter a coparticipação dos/as professores/as na produção desse conhecimento. Dessa maneira, de um total de 449 monografias de conclusão de curso analisadas, apenas sete monografias foram defendidas pelos/as egressos/as nas temáticas de gênero e sexualidade, e que ainda se subdividem em cinco que abordaram as temáticas no contexto sociopolítico e cultural e duas que abordaram as temáticas no contexto biofisiológico e sexual.

E na busca de compreender como os processos de representação, regulação e produção social interagem com o processo de **identidade** na cultura universitária, procurou-se analisar como os professores e os/as alunos/as concluintes entrevistados/as percebem a questão referente ao respeito às diferenças e as discussões sobre as temáticas de gênero e sexualidade no e para o curso de Licenciatura em Educação Física da UFS.

Para Woodward (2009), a complexidade da vida moderna exige que sejam assumidas diferentes identidades, mas essas diferentes identidades podem estar em conflito. É possível viver, na vida pessoal, tensões entre as diferentes identidades quando aquilo que é exigido por uma identidade interfere com as exigências de outra.

Nesse sentido, quando indagados, os professores e os/as alunos/as concluintes entrevistados/as, sobre seu entendimento em relação às temáticas de gênero e sexualidade, constatou-se que suas respostas apresentam dificuldades em defini-las, bem como são evasivas, além de os professores declararem que não são temas de seus interesses.

E, na busca de compreender ainda mais semelhanças de identidades e diferenças entre os professores e os/as alunos/as concluintes entrevistados/as, eles/as foram indagados/as sobre a importância de discutir as temáticas de gênero e sexualidade no curso de Licenciatura em Educação Física da UFS; e constatou-se que suas respostas são unânimes em afirmar que a discussão é necessária e imprescindível. Ademais, corroboram que as discussões das temáticas de gênero e sexualidade sejam realizadas de maneira aprofundada no curso de Licenciatura em Educação Física da UFS, pois entendem que, assim, podem contribuir para a desmistificação de preconceitos e tabus relacionados aos temas.

Por outro lado, é constatado que nada ou quase nada é feito no curso em relação às discussões de tais temáticas, como se pode notar nos processos de representação, regulação e produção social da cultura universitária na Licenciatura em Educação Física da UFS, ou seja, os professores são contraditórios quanto aos seus discursos e suas práticas sociais no decorrer da formação pedagógica – profissional – científica, o que leva a crer que entendem a necessidade desse debate no curso, mas não conseguem realizá-lo em seus discursos e práticas acadêmicas sociais, empreendendo, assim, num conflito interno de suas identidades e diferenças de gênero e sexuais, pois, como docentes, sabem que precisam atender essa demanda social, mas como cidadãos comuns (senso comum) acreditam que esses debates precisam manter-se silenciados ou ocultados, resultando, conseqüentemente, numa invisibilidade

das temáticas de gênero e sexualidade no curso de Licenciatura em Educação Física da UFS.

Além disso, mediante os depoimentos dos professores e dos/as alunos/as concluintes entrevistados/as, constata-se que concordam com a importância de os/as licenciados/as terem o conhecimento das temáticas de gênero e sexualidade para atuarem na educação básica, e, percebe-se que suas identidades e diferenças de gênero e sexuais também se assemelham em relação a essa situação.

Em suma, o processo de identidade da cultura universitária no curso de Licenciatura em Educação Física da UFS, no que diz respeito à produção social de “novas identidades e diferenças” em relação às demandas sociais de gênero e sexualidade permanecem inalteradas, devido ao corpo docente do curso ainda encontrar-se inerte e silencioso, apesar de compreenderem a importância do debate tanto para os/as acadêmicos/as quanto para os/as egressos/as que estejam atuando na educação básica. O fato de os/as professores/as discutirem transversalmente as temáticas de gênero e sexualidade em algumas aulas durante o curso, não é suficiente para tornar os/as acadêmicos/as competentes e habilidosos para que possam lidar com segurança e profundidade que requerem tais questões (categorias) em sala de aula, pois são conhecimentos que alteram identidades, mentalidades e comportamentos humanos, além de culturas.

Nesse aspecto, dando prosseguimento e finalizando o circuito da cultura universitária no curso de Licenciatura em Educação Física da UFS, foi necessário também analisar o processo de **consumo** pedagógico – profissional – científico no curso, no intuito de identificar se os/as egressos/as conseguem atender ou não as demandas sociais de gênero e sexualidade pleiteadas pela sociedade.

Sendo assim, quando os professores e alunos/as concluintes entrevistados/as foram indagados/as sobre o porquê da ausência dessa discussão na formação inicial no curso, haja vista professores/as que atuam na educação básica afirmarem que não obtiveram tais conhecimentos no ensino superior (graduação), as suas respostas se mostraram diversificadas.

Como também, os professores entrevistados/as consideram um desafio no curso, pois ainda não sabem como devem ser inseridas no currículo (grade curricular), se transversalmente (em todas as disciplinas) ou criar disciplinas obrigatórias com tais temáticas.

Dessa maneira, para fechar o circuito, puderam-se constatar mediante os depoimentos dos professores e dos/as alunos/as concluintes entrevistados/as, que o processo de consumo interage com os demais processos da cultura universitária, resultando na formação pedagógica – profissional – científica dos/as licenciados/as com pouquíssimo ou nenhum conhecimento nas temáticas de gênero e sexualidade no curso de Licenciatura em Educação Física da UFS, ou seja, o Estado e a sociedade civil organizada ainda vão continuar recebendo docentes em Educação Física sem condições de atender suas demandas sociais pleiteadas nessas áreas do conhecimento para atuar na educação básica.

Historicamente, sabe-se que a formação acadêmica (inicial) não tem respeitado a diversidade humana, tampouco contemplada a discussão das temáticas de gênero e sexualidade. Com isso, essa pesquisa possibilita o vislumbamento de como vem ocorrendo seu debate no âmbito da formação inicial dentro da universidade, no intuito de torná-las imprescindíveis e legítimas, enfatizando-as principalmente, como dimensões fundamentais e estruturantes das relações humanas no trabalho docente no ensino superior.

Portanto, é possível afirmar que os processos representação, regulação, produção social, identidade e consumo da cultura universitária, apesar de possuírem contradições semelhantes entre o que está descrito em seus documentos e o que está sendo efetivado na prática social do curso, realmente estão em completo imbricamento, principalmente, quando se analisam as questões referentes ao respeito às diferenças e às discussões sobre as temáticas gênero e sexualidade no curso de Licenciatura em Educação Física da UFS, pois se constata que são poucas estimuladas e valorizadas pelos/as professores/as do curso, mesmo com a temática sexualidade sendo abordada numa disciplina obrigatória e a temática de gênero abordada como tema transversal, porém, percebe-se que são discussões superficiais, sem nenhum aprofundamento teórico-metodológico, que podem originar distorções teóricas e/ou estar sendo limitadas aos aspectos biofisiológicos e sexuais, conforme relatada pelos/as alunos/as concluintes entrevistados/as, reforçando e reproduzindo a educação sexual de cunho sexista, moralista e segregacionista, presente na sociedade brasileira. Dessa forma, pode-se afirmar que as identidades de gênero e sexuais, bem como o

respeito às diferenças dos/as acadêmicos/as que estão sendo produzidas pelos/as professores/as no curso de Licenciatura em Educação Física da UFS, permanecem estéreis, conseqüentemente, predominando a “heteronormatividade” em detrimento das demais identidades de gênero e sexuais.

Nesse sentido, no intuito de colaborar e procurar redimensionar tal situação no curso de Licenciatura em Educação Física, faz-se necessário obter o apoio dos grupos de pesquisas de Gênero e Sexualidade criados e instituídos principalmente na UFS, para iniciar e estimular os debates dessas temáticas dentro do curso de Educação Física da UFS, mostrando a sua importância e relevância tanto para a formação pedagógica – profissional – científica quanto para o contexto sociopolítico e cultural da sociedade brasileira, especialmente nesse caso, para o âmbito educacional. Ademais, emerge também a importância de situar as temáticas de gênero e sexualidade na agenda das políticas públicas de educação, particularmente na formação permanente dos/as professores/as dos Cursos de Licenciatura, uma vez que estão presentes cotidianamente em todos os níveis da educação.

Referências

- CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho, gênero, cidadania: tradição e modernidade**. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.
- DORNELLES, Luciano do Amaral. A representação nos estudos culturais: artefatos culturais comunicadores de significados. **Webartigos**. 26 de agosto de 2010. Disponível em: . Acesso em: 22 maio 2013.
- DU GAY, Paul; HALL, Stuart; JANES, Linda; MACKAY, Hugh; NEGUS, Keith. (orgs.). **Doing cultural studies: the story of the Sony Walkman**. Londres: Sage/The Open University, 1997.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 22, n. 02, jul./dez., 1997a. cap. 05.
- HALL, Stuart. **Representation: cultural representations and signifying practices**. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage, 1997b.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed., Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela; KNAUTH, Daniela; BOZON, Michel; ALMEIDA, Maria da Conceição; ARAÚJO, Jenny; MENEZES, Greice. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 19, suplemento 02, 2003.
- HOHLFELDT, Antonio. Estudos culturais, pós-modernidade e teoria crítica. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre. n. 13, dez., 2000. [online] Disponível em: . Acesso em: 03 jul. 2012.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1997.
- LOURO, Guacira Lopes. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, D. E. E. (org.). **Saúde e sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, 1998. (Cadernos Educação Básica; 4). p. 85-95.
- SCOTT, Joan Wallach. **Gender: a useful category of historical analyses**. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.
- SILVA, Dayse de Paula Marques da. Gênero e sexualidade nos PCNs: uma proposta desconhecida. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30. Caxambu, 07 a 10 de outubro de 2007. **Memórias...** Caxambu, 2007. [online] Disponível em: . Acesso em: 22 jul. 2009.
- TARDIF, Maurice. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas conseqüências em relação à formação para o magistério**.

Disponível em: . Acesso em: 14 mar. 2014.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomas Tadeu da. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Petrópolis (RJ): Vozes. 2009.

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); membro do Grupo de Pesquisa: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero da UFS; e atua como professor de educação física na Secretaria de Estado da Educação do Estado de Sergipe. E-mail: lucianorod@bol.com.br